NOS ATALHOS DA MEMÓRIA

Monumento a Zumbi

MARIZA DE CARVALHO SOARES

A negritude como problema

O Monumento a Zumbi é uma peça da imaginária da cidade do Rio de Janeiro localizada no canteiro central de sua mais importante via urbana, a avenida Presidente Vargas. Com um total de sete metros de altura, o monumento tem uma base piramidal em alvenaria, revestida em mármore branco e encimada por uma cabeça masculina confeccionada com 800 quilos de bronze, reprodução de uma escultura que, com frequência, tem sido citada pela literatura como exemplo da arte africana.1 De acordo com as normas técnicas o Monumento a Zumbi trata-se de uma "cabeça" e não "estátua".2 O fato de ter sido escolhida uma cabeça para representar Zumbi traz à tona a história do herói homenageado. No ano de 1685, no atual Estado de Alagoas, Zumbi teria liderado até a morte a resistência à última e vitoriosa investida da Coroa de Portugal contra o famoso Quilombo de Palmares. Zumbi teria sido aprisionado e morto no dia 20 de novembro de 1695 e, conforme o costume da época, o líder guerreiro teria tido a cabeça cortada.3 Assim, o monumento representa, propositadamente ou não, a cabeça do herói decapitado.

O planejamento de qualquer peça de imaginária urbana coloca, de imediato, dois problemas: como representar materialmente o objeto da homenagem e onde colocá-lo. A grande questão para todos os segmentos envolvidos na construção do Monumento a Zumbi é o local onde ele deve ser construído, sendo aparentemente inexpressiva a preocupação com a representação de Zumbi e mesmo com a concepção do monumento propriamente.

Logo de início, é possível perceber que a construção do Monumento a Zumbi está estreitamente ligada ao crescimento de um novo quadro político partidário no Estado do Rio de Janeiro. Em 1982, o PDT-Partido Democrático Trabalhista ganha as eleições para o governo do Estado. Esta vitória altera profundamente as relações entre o Movimento Negro⁴ e o governo do Estado. O PDT reúne, ao longo de sua campanha, grande parte das lideranças e da própria militância do Movimento Negro em torno da candidatura de Leonel Brizola. Eleito governador, Leonel Brizola cumpre seu compromisso de campanha colocando várias dessas lideranças em cargos importantes de seu governo.

Uma questão a ser abordada preliminarmente diz respeito ao cuidado de, seguindo o conselho de Marc Bloch, procurar explicitar "Como pude apurar o que vou dizer?". Procedi à localização e análise de um conjunto de fontes que permitisse não apenas analisar o monumento, mas também rastrear esse novo quadro no qual a iniciativa se insere. Optei então pela realização de um levantamento de jornais da grande imprensa e da imprensa ligada ao Movimento Negro, no período de 1982, quando é lançada a primeira proposta de construção de um Monumento a Zumbi, até a finalização da obra em 1986, período que corresponde, não aleatoriamente, aos quatro anos de governo de Leonel Brizola.

Os jornais ligados aos vários segmentos do Movimento Negro enfocam seu crescimento interno, seja a nível local, nacional ou mesmo internacional. Progressivamente o Movimento Negro constrói uma relação íntima entre o herói morto e a comunidade representada. O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras-IPCN, importante entidade do Movimento Negro no Rio de Janeiro, com freqüência associa a luta do Movimento à dos quilombolas coloniais. Em 1977, o Boletim do IPCN faz uma homenagem ao 281º aniversário da morte de Zumbi. Em artigo assinado pela historiadora negra Beatriz Nascimento, a luta de Palmares é descrita como "uma guerra de extermínio da raça" que, apesar disso continua viva através dos "irmãos de raça" do herói decapitado que, segundo o texto, "continuaram durante os séculos posteriores da história do Brasil seguindo o exemplo de Zumbi: organizando quilombos." Zumbi é o ancestral negro, símbolo da raça e da liberdade, até hoje por conquistar.

O desinteresse do Movimento Negro pela reflexão sobre a inserção de alguns segmentos de sua militância em outras formas de participação social, que não as traçadas no seu próprio interior, acarreta um quase absoluto silêncio desta imprensa em relação às novas articulações entre o Movimento e o governo do Estado. A grande imprensa, à diferença da primeira, dá destaque ao tema. A leitura cuidadosa desses periódicos8 me permitiu perceber que a grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro é sensível a esta nova realidade. Em meados dos anos 80, Zumbi já aparece na grande imprensa como símbolo da raça e associado à festa. Este novo discurso vem à público no cenário da cidade através das comemorações do dia 20 de novembro de 1984. Nesta data é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra com o "Kizomba", um grande show organizado pelo compositor negro Martinho da Vila, na Praça da Apoteose.9 Na ocasião, a revista Isto \acute{E} publica uma reportagem sob a rubrica "negritude" com o seguinte título: "No brilho da cor. Festas no Rio e São Paulo celebram Zumbi". O texto diz:

Esquecido pela história oficial, Zumbi foi redescoberto pela negritude nacional há cerca de dez anos, tornando-se seu verdadeiro símbolo. Novembro passou a ser o mês dos festejos da comunidade afro-brasileira. 10

Entre as lideranças do Movimento Negro citadas estão artistas e parlamentares. Embora "esquecido pela história oficial", Zumbi é lembrado pela grande imprensa e pelo PDT, partido que busca nas. camadas mais baixas da população carioca sua base eleitoral. Ao lembrar Zumbi — e numa operação metonímica todos os negros — o governo do Estado marca, a partir de 1984, sua presença nas comemorações do 20 de novembro. Segundo O Globo, a solenidade de abertura das comemorações daquele ano conta com a presença do Prefeito Marcelo Alencar (PDT), representando o governador Leonel Brizola (PDT). Estão também presentes os deputados Abdias Nascimento e José Miguel, o secretário estadual de trabalho e habitação Carlos Alberto de Oliveira (conhecido como Caó), os atores Milton Gonçalves e Jacira Silva, os cantores Martinho da Vila e Eliana Pitman e o Juiz de Direito Gilberto Fernandes, todos negros com inserção sócio-política e profissional de destaque dentro e fora do âmbito dos movimentos sociais.

A constatação de que, desde 1984, a grande imprensa vem apontando o crescimento do que vou aqui chamar de um "discurso da negritude" me levou a optar por trabalhar basicamente com esses periódicos, recorrendo apenas pontualmente às demais fontes. A análise do material recolhido procura privilegiar as ações do governo do Estado com vistas à construção do Monumento a Zumbi. Ao procurar seguir esse caminho tenho em mente o diálogo que seus representantes estabelecem com o Movimento Negro. Meu objetivo é pensar como, ao longo dos anos, o monumento não apenas toma forma material, mas passa a expressar as várias falas que se escondem por trás de um aparentemente consensual "discurso da negritude".

Cheguei então a perceber a existência de três lugares a partir dos quais essas falas são proferidas: o governo do Estado, o Movimento Negro e a grande imprensa. A análise da fala do Movimento Negro já de início mostrou-se pouco proveitosa. O importante, no caso, é perceber o silêncio dos seus órgãos de imprensa em relação ao tema. Impunha-se, indiscutivelmente, ouvir com mais atenção a fala do governo do Estado através do responsável pela concepção do monumento, o professor Darcy Ribeiro. Eleito vice-governador do Estado na chapa de Leonel Brizola, ele é também secretário de cultura e articulador da política cultural e artística do Estado. Mas, se Darcy Ribeiro emerge como personagem principal desta história, é porque a grande imprensa aponta para ele. Assim, a grande imprensa aparece aqui como fonte, mas também como lugar a partir de onde se fala. No aparente caos que se apresenta, no conjunto de conflitos e alianças, silêncios e interlocuções entre o Estado e os vários segmentos do Movimento Negro, ela não apenas repassa notícias, mas tem uma fala própria que também precisa ser ouvida.

Identificadas as falas e seus agentes procurei perceber como cada um se apropria¹¹ do chamado "discurso da negritude". A apropriação se dá a partir de três vertentes principais: a primeira, a vertente das origens, da busca das raízes, da raça, do passado africano e da escravidão; a segunda, a vertente da festa, expressa no samba e nas manifestações religiosas ditas afro-brasileiras; a terceira, a vertente da luta pelos direitos civis e sociais, marcada pelo debate da liberdade, da igualdade e contra a discriminação. A primeira e a

segunda estão presentes nas três falas. A terceira, embora pouco veiculada pela grande imprensa, está presente na fala dos militantes do Movimento Negro e também dos parlamentares e políticos de modo geral.

É dentro deste quadro que, já em 1982, aparece na grande imprensa a primeira menção à construção de um monumento a Zumbi. Ao longo dos três anos seguintes surgem ao todo três propostas. A primeira vem de um segmento do Movimento Negro (1982); a segunda de um deputado estadual negro (1983); e a terceira do então vicegovernador, o antropólogo Darcy Ribeiro (1986). O monumento que começa a ser concebido nos idos de 1982 toma forma em 1986. A análise das três propostas permite entender como, ao longo deste tempo, se cruzam diferentes personagens, interesses e principalmente falas em relação ao negro.

Meu objetivo, nos limites deste artigo, é fazer uma análise de como a atuação do governo do Estado em relação ao negro é sustentada pelo que estou chamando "discurso da negritude". Esse discurso se entrelaça com um conjunto diferenciado de práticas sociais, levando a uma ilusão de homogeneidade e consistência tanto ao nível do discurso quanto das práticas a ele associadas. A análise da construção do Monumento a Zumbi é aqui desenvolvida no sentido de demonstrar como esses entrelaçamentos acontecem. Longe de representar o consenso de um discurso sobre a negritude, a construção do monumento é um exemplo do que Chartier indica como "usos diferentes e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas idéias". É, portanto, do modo como, pela ótica da imprensa, governo do Estado e Movimento Negro compartilham esse "discurso da negritude" que passo a tratar agora.

A política da negritude

Com a emergência do Movimento Negro, as comemorações do dia 13 de maio¹³ foram substituídas pelo dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi. Com a nova data, o Movimento Negro reivindica uma efetiva liberdade para os negros e denuncia os limites da abolição, comemorando o Dia Nacional da Consciência Negra. Durante as comemorações do dia 20 de novembro de 1982, é lançada,

no largo da Carioca, a pedra fundamental de um Monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares. Três anos mais tarde, um militante do Movimento Negro, Ubirajara Rodrigues da Silva, denuncia o abandono do projeto comentando que à época "facções radicais" do movimento não teriam participado do lançamento da pedra fundamental. A declaração indica não apenas a existência, já então, de um plano para construção de um monumento a Zumbi, mas também de tensões no interior do Movimento Negro em relação a esta iniciativa. Indica ainda o desconhecimento da grande imprensa dos meandros do próprio movimento. Ao longo de todo e período analisado, o entrevistado tinha, e continua tendo, uma pequena representatividade no conjunto dos segmentos do movimento. Por trás dele estava o até então pouco conhecido político negro José Miguel, que emerge na acirrada disputa das eleições de 1982.

Em 15 de novembro de 1982, José Miguel é eleito deputado estadual pelo PDT. Em 1983 sua proposta para construção do Monumento a Zumbi reaparece sob a forma de um projeto de lei apresentado por ele à ALERJ — Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Até sua eleição, José Miguel não tinha vínculos políticos estreitos com as lideranças do Movimento Negro, nem tampouco com o PDT, partido que o elegera. 15 Em 1983, a política da negritude do PDT se organiza em torno de Abdias Nascimento. A falta de articulação de José Miguel com os setores mais representativos do Movimento Negro e, devido às suas frequentes mudanças de partido, seu enquadramento como "político fisiológico", explicam a fracassada tentativa de construir um monumento a Zumbi no largo da Carioca. Explicam também o caráter quase burocrático de seu projeto de lei, que sequer faz menção a quem foi Zumbi dos Palmares. Na justificativa do projeto apenas um parágrafo no qual o deputado José Miguel, num português confuso, afirma:

[...] ZUMBI, é o personagem sublime, que ainda hoje paira sobre as cabeças negras, não somente negra, porém, imbuído de um altíssimo espírito nacionalista [...]. Visto esse ângulo humanista desse protagonista, torna-se justo, em termo de história nacional, que se preste a esse herói negro, homenagem omissa há anos [...]. 16

Diferente da proposta de 1982, o projeto de lei de José Miguel propõe a localização do monumento no parque do Aterro do Flamengo, entre o Monumento aos Pracinhas e o Museu de Arte Moderna. Assim o projeto privilegia o debate sobre a localização do monumento em detrimento de sua concepção. Junto ao Monumento dos Pracinhas, Zumbi fica imediatamente associado à imagem dos heróis nacionais que tombaram anônimos em defesa da pátria e da liberdade. A intenção parece ser fazê-lo perder sua condição de herói da raça negra para alçá-lo a herói da nação. Justifica-se assim o encobrimento da trajetória do guerreiro quilombola em favor do precário delineamento da inusitada imagem de um "personagem sublime... imbuído de um altíssimo espírito nacionalista...", em pleno século XVII!

Coube ao relator da Comissão da Região Metropolitana, deputado Augusto Ariston, a oportunidade de preencher esta aparente lacuna ao incluir em seu parecer uma pequena história da vida de Zumbi. Das cinco páginas do "Parecer", quatro delas pertencem ao relatório onde o deputado apresenta o que chama de "um pequeno resumo biográfico de Zumbi e das agruras e feitos épicos dos africanos escravizados no Brasil." Com ênfase na luta em prol da ampliação dos direitos sociais dos negros na sociedade brasileira, o deputado termina seu relatório afirmando que "O sangue de Zumbi... e tantos outros regou o espírito destes irmãos negros desfavorecidos por circunstâncias históricas, para que continuem, como fizeram este heróis, na busca de justiça social." 18

O projeto tramita na Assembléia passando pela Comissão de Constituição e Justiça (maio/83), pela Comissão da Região Metropolitana (maio/83), pela Comissão de Educação, Cultura e Desportos (setembro/83) e pela Comissão de Obras Públicas (setembro/83). Todas emitem parecer favorável à aprovação da lei. A já mencionada Comissão da Região Metropolitana faz, por ocasião da apresentação do voto de seu relator, uma ressalva quanto à sua localização. O projeto é aprovado, dando origem à Lei nº 698/83, onde prevalece a proposta da Comissão da Região Metropolitana. Uma cópia da lei é imediatamente encaminhada ao executivo do Estado, encarregado da execução da obra.

Em 1983, o deputado negro José Miguel tem na retaguarda de seus projetos um total nada desprezível de 51.135 votos. Apesar disso, a lei não encontra nenhuma simpatia por parte das autoridades do governo do Estado, das lideranças do Movimento Negro e dos partidários de José Miguel. A lei não tem tampouco repercussão na grande imprensa. Tal descaso não significa uma desatenção do governo em relação à negritude mas uma aliança da governadoria com outros setores do movimento que não os ligados ao deputado José Miguel.

Nesse mesmo ano, um dos grandes temas do noticiário da cidade é a Passarela do Samba, 20 projetada por Oscar Niemeyer a pedido do então vice-governador Darcy Ribeiro. 21 O governo do Estado apresenta então uma ainda não muito bem explicitada preocupação com a monumentalização do espaço urbano. A escolha do arquiteto Oscar Niemeyer para a elaboração do projeto da Passarela é, por si só, um indicativo desta preocupação. Analisando a seqüência dos acontecimentos, é possível perceber como as duas iniciativas, a do Monumento a Zumbi e a da Passarela do Samba, acabam se cruzando. Por isso, vou interromper momentaneamente a história da construção do Monumento a Zumbi para falar da construção do Sambódromo, 22 cuja inauguração acontece no Carnaval de 1984.

É na busca das origens que o Carnaval se encontra com a negritude. No entanto, a ênfase do noticiário do Carnaval de 1984 está voltada para o futuro do Carnaval e não para o seu passado. A única referência a esse passado, na semana da inauguração da Passarela, é uma matéria assinada por Joaquim Ferreira dos Santos:

Hoje à noite, quando você vestir a fantasia de príncipe e sair para o desfile do Salgueiro na Passarela do Samba, pense um pouco em Tia Ciata²³ e agradeça-lhe por tudo [...]"²⁴

O noticiário enfatiza a grandiosidade da obra do governo do Estado e a inovação da praça da Apoteose onde as escolas, no fim do desfile, devem evoluir, antes de dispersar seus componentes. O destaque dado pelo jornal *O Globo* a uma declaração da famosa Dona Neuma da Mangueira exemplifica bem esta tônica:

E D. Neuma da Mangueira, uma das sambistas que mais ironizavam a apoteose, mudou de idéia: Nós não entendíamos o Darcy, porque ele é muito inteligente e nós somos ignorantes. Apoteose é o show final de todo espetáculo. Ópera tem isso, teatro, balé. Era isso que ele queria — disse ela.²⁵

A grande imprensa, seguindo a linha futurista impressa pelo projeto de Niemeyer e pelas declarações de seu idealizador Darcy Ribeiro, realiza algo até então impensado: separar o Carnaval da negritude. Entretanto, esta desvinculação não significa um descuido do estado com relação à negritude. Naquela ocasião, a política do estado em relação aos negros está em outros "lugares" que não o Carnaval. Em 1984, o "lugar" da negritude na geografia da cidade é, aos olhos do Governo do Estado, o bairro da Saúde. Saúde e Praça Onze disputam o título de "berço do samba". Jota Efegê, no artigo "Onze de junho — a praça do samba" afirma:

O velho Rocio Pequeno, o remoto Largo de S. Salvador, não foi o berço do samba, como alguém afoitamente o apresentou. O samba, perseguido, fora da lei, já desafiava a polícia em vários redutos da cidade (Rua Senador Pompeu, Pedra do Sal, morro da Favela, Arraial da Penha, etc.) e só para ali se encaminhou em fins da primeira dezena deste século.²⁸

A Saúde é vista pelos memorialistas como precursora da Praça Onze, que foi palco do Carnaval carioca de 1912 a 1942. Em 1984, na antiga disputa entre Saúde e Praça Onze, a primeira fica como lugar da negritude e segunda como lugar do Carnaval. É assim que, por iniciativa do Conselho Estadual de Cultura, dirigido à época por Joel Rufino dos Santos, importante liderança do Movimento Negro, o governo do Estado tomba a Pedra do Sal. A Pedra do Sal fica no bairro da Saúde e está localizada na encosta do Morro da Conceição, antiga zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.²⁹ Na ocasião, através de seu discurso inflamado, Darcy Ribeiro consegue dar ao berço do samba o caráter de uma trincheira da resistência negra.

O governador Leonel Brizola decretou o tombamento do primeiro monumento à história negra do Brasil: a Pedra do Sal, localizada no bairro da Saúde, abrigo dos escravos que ganharam a liberdade depois da Abolição, em 1888. "Estamos assistindo ao despertar de um negro que sabe que a Abolição não foi dádiva de uma princesa", declarou, na ocasião, o vice-governador Darcy Ribeiro.³⁰ O tombamento da Pedra do Sal e a tentativa de consagrá-la como lugar da negritude demonstra um nítido descomprometimento do Governo do Estado com projeto do deputado José Miguel, já aprovado e transformado em lei. Mas esta tão famosa Pedra que lá está até hoje tem tanto de história para contar quanto de segredos a esconder. Seu acesso é difícil e são poucos aqueles que vão até lá visitá-la. Por isso a tentativa de monumentalização da negritude começa a ser repensada pelo Governo do Estado e pelas lideranças do Movimento a ele ligadas. É então que o imaginoso professor Darcy Ribeiro, entusiasta do tombamento da esquecida Pedra, vai buscar na lei da Assembléia Legislativa do Estado a inspiração para a construção de um monumento.

Monumento a Zumbi como lugar da negritude

A lei não indica como deveria ser o monumento, nem tampouco onde este deveria ser construído.

art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a erigir, em logradouro do Município de Rio de Janeiro, monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares.³¹

Esta indefinição permite ao então vice-governador conceber e dispor o monumento a seu gosto. De posse da lei 698/83, Darcy Ribeiro realiza um levantamento com vistas à concepção do monumento, decide pela réplica de uma escultura africana, só então, "anuncia" sua iniciativa. O monumento, a esta altura, não vai nem para o largo da Carioca, nem para o Aterro do Flamengo; sua localização será a avenida Presidente Vargas. O "detalhe" da localização, para relembrar a expressão do deputado Augusto Ariston, é o alvo das atenções da imprensa. O título da notícia de O Globo é "Monumento para Zumbi ficará na Praça Onze". Altera-se também seu tamanho (de 10 para 7 metros), sendo mantida apenas a idéia de sua inauguração no dia 20 de novembro:

No "Dia da Consciência Negra", 20 de novembro, o Secretário Estadual de Ciência e Cultura, Vice-Governador Darcy Ribeiro, pretende inaugurar na Praça Onze um monumento de sete metros de altura que homenageará Zumbi dos Palmares, símbolo da cultura negra no Brasil. O monumento terá quatro metros de base e uma escultura de três metros, e será instalado atrás do chafariz do canteiro central da Avenida Presidente Vargas. A escultura é réplica de uma cabeça nigeriana esculpida entre os século XI e XII. Descoberta em 1938, ela hoje está no British Museum de Londres.

A construção do monumento cumprirá determinação da Lei 698/84, de dezembro de 83, cujo projeto foi apresentado pelo Deputado José Miguel, único deputado negro no Estado do Rio.³³

A partir deste comunicado, o Monumento a Zumbi aparece sempre associado à iniciativa do então vice-governador. Ficam em segundo plano tanto as lideranças do Movimento Negro quanto o autor do projeto. Entretanto, a apropriação da idéia da construção de um Monumento a Zumbi não significa uma continuidade entre um projeto e outro. O vice-governador faz uso de uma lei e da indefinição de seu texto final para dar ao monumento um caráter bem diverso daquele concebido pelo deputado José Miguel. Darcy Ribeiro procura dar ao "monumento em homenagem" um caráter de comemoração da raça ausente tanto do projeto de José Miguel quanto da lei. Por ocasião da inauguração explica:

[...] Mandamos ampliar esse rosto (o original tem um palmo de altura e está no Museu de Londres) no lugar de fazer um retrato hipotético do Zumbi (decapitado a 20 de novembro de 1695) porque este herói retrata com certeza a dignidade e a beleza da face negra. Celebramos, com isto, a participação do negro na construção do Brasil e na luta pela liberdade.³⁴

A construção do Monumento a Zumbi no canteiro central da Presidente Vargas representa uma importante mudança do governo do Estado em relação à negritude. Em 1984, a Passarela parecia terse tornado símbolo do Carnaval do futuro. Em 1986, com a inauguração do Monumento a Zumbi, a Passarela faz as pazes com o passado. Passarela do Samba e Zumbi dos Palmares, frente a frente, irão desencadear um conjunto de ações por parte do governo do Estado no sentido da constituição de um grande espaço dedicado à negritude. Nos primeiros meses do ano de 1986, a grande imprensa ainda não tem clareza da amplitude da iniciativa governamental. A matéria do O Globo indica a construção do monumento "atrás do chafariz do canteiro central da avenida Presidente Vargas". 35

A reapropriação do espaço da antiga Praça Onze é mencionada pela primeira vez no mesmo mês de abril, quando um assessor de imprensa do palácio Guanabara, o jornalista e escritor Elias Fajardo, publica um longo artigo no jornal alternativo Nas bancas com o título: "Zumbi terá estátua na Praça". Assim começa o artigo:

Nos fins do século passado e no início deste, a Praça Onze era — ao lado da Gamboa³⁶ — um dos redutos negros do Rio. Lá reinavam as famosas baianas que cultuavam os orixás e promoviam pagodes famosos, ajudando a dar à luz um dos rebentos mais fortes da cultura brasileira: o samba. Hoje, onde era o umbigo do Rio existe uma grande avenida com uma fonte luminosa no meio.

Até o fim deste ano, no entanto, o local terá reforçada a sua ligação com a cultura negra. É que lá será erguido o monumento que homenageia Zumbi dos Palmares, o herói guerreiro.³⁷

Com a escrita sofisticada que bem marca seus textos, Elias Fajardo transforma um simples canteiro central "no umbigo do Rio". Continuando sua apresentação, ele justifica que "Na falta de um retrato verdadeiro de Zumbi, o secretário de Cultura Darcy Ribeiro escolheu... a réplica de uma cabeça nigeriana...". Ou seja, na falta de um verdadeiro Zumbi, o vice-governador opta por um verdadeiro africano, e mais que isso, na África, por sua melhor arte. Assim é que a cópia de uma escultura africana pretende ocupar o lugar de representação da raça negra.

Com esta iniciativa o Governo do Estado apossa-se da imagem do herói negro (veiculada por José Miguel), da luta pela libertação da raça (enfatizada pelo Movimento Negro) e da festa da raça (reforçada pelos artistas e compositores negros com acesso à mídia). Na fala do Governo do Estado, já estão presentes as vertentes da raça e dos direitos. Com a localização do monumento na Praça Onze, a essas duas incorpora-se agora a terceira vertente do discurso da negritude: a vertente da festa através do Carnaval e das escolas de samba. É sobre a construção dessa fala do Governo do Estado e sobre suas interlocuções que passo a tratar no próximo item.

É possível perceber que de 1982 a 1986 ocorre um progressivo estreitamento entre o Governo do Estado e o Movimento Negro explicado pela presença, dentro do PDT, de importantes lideranças do

Movimento. Engajadas em vários cargos do Governo do Estado e do Município, essas lideranças conseguem validar, junto a uma parcela representativa do movimento o esforço do governo do Estado em apresentar-se como arauto da negritude. Essa aliança não elimina as divergência existentes entre o movimento e o Governo do Estado, mas consegue, quase sempre, pela negociação, neutralizar manifestações contrárias.

Governo do estado e o discurso da negritude

A inauguração do monumento, prevista para o dia 20 de novembro de 1986, única unanimidade ao longo dos anos anteriores, é adiantada para o dia 9 do mesmo mês. A placa comemorativa do evento fornece as seguintes informações:

Monumento a Zumbi — Monumento inaugurado em 9 de novembro de 1986; segundo projeto de lei do deputado José Miguel; sendo governador do Estado Leonel de Moura Brizola; vice-governador prof. Darcy Ribeiro; secretário de Ciência e Cultura e presidente da FUNARJ Prof. Edmundo Moniz e vice-presidente da FUNARJ Sérgio Pereira da Silva; Monumento criado pelo arquiteto João Figueiras Lima.

O que a placa não indica, e que o tempo ajuda a esquecer, são os motivos que levam estas autoridades a inaugurar o monumento no dia 9 e não no dia 20. No dia 15 de novembro de 1986, seriam realizadas eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro e Darcy Ribeiro é o candidato do PDT ao cargo. Essas eleições são decisivas para o governador Leonel Brizola, já então candidato à presidência da República. Isso explica a pressa da inauguração, assim como o tom do noticiário. A Última Hora publica:

Bem que os organizadores tentaram não caracterizar a festa como um ato político; tanto que funcionários da Secretaria de Ciência e Cultura, promotora do evento, impediram que se esticasse uma faixa do PDT em frente ao monumento a Zumbi dos Palmares, na Praça 11. Mas a verdade é que a abertura dos festejos em homenagem ao rei negro do Quilombo dos Palmares, cuja data se comemora no dia 20 deste mês, acabou por se transformar num evento partidário. 38

Todas as matérias do dia 10 de novembro listam as autoridades presentes: o governador Leonel Brizola, o prefeito Saturnino Braga e o candidato ao governo do Estado, Darcy Ribeiro, todos do PDT. Interessante notar que não há menção a qualquer autoridade ou representante da Assembléia Legislativa do Estado onde, como indica a própria placa, tem origem o projeto. Os jornais O Dia e Jornal do Brasil registram ainda a presença de autoridades estrangeiras: os embaixadores do Senegal, Nigéria, Camarões, Costa do Marfim, Gana. ³⁹ É também com pouco destaque que, apenas no terceiro parágrafo da matéria da Última Hora, é mencionado o IPCN, o Movimento Negro Socialista do PDT e o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. ⁴⁰

Muitas lideranças do Movimento Negro não comparecem à inauguração devido a desavenças internas sobre a condução da relação entre o Movimento, o PDT e o Governo do Estado. 11 Por um lado, o indiscutível destaque dado pela imprensa à campanha eleitoral tem como contrapartida a ausência de registros sobre essas lideranças. Por outro, independente da questão eleitoral, a grande imprensa mostra dificuldade em distinguir quem é quem no seio do Movimento Negro 2 e que relações esse movimento estabelece com as autoridades do Estado.

No dia da inauguração as matérias descrevem as demonstrações de vigor político e religioso do evento dando, a um e a outro, um caráter eminentemente festivo. A Última Hora (matéria com foto do monumento) interrompe a descrição da polêmica político-partidário de forma abrupta concluindo:

Diferenças à parte, foi uma bela festa. Uma autêntica manifestação de sincretismo religioso em que se misturaram os atabaques da umbanda e do candomblé, durante a exibição dos grupos folclóricos Filhos de Gandhi e Agibara Dudu, com os cânticos religiosos de Carmem Costa, além do som mais moderno e estilizado de Gilberto Gil.⁴³

O jornal O Globo (matéria com foto das baianas cercadas pelo povo) começa dando destaque ao sincretismo, só depois mencionando a inauguração do monumento e a sucessão estadual:

Com um espetáculo de mostras do sincretismo religioso nacional, do qual participaram mães de santo (foto), afoxés e grupos de dança ne-

gra, Governador Leonel Brizola e o candidato do PDT à sucessão estadual, Darcy Ribeiro, inauguraram ontem na Praça XI o monumento a Zumbi dos Palmares [...].⁴⁴

O jornal O Dia (com foto do monumento) faz apenas uma pequena nota sobre o evento onde diz:

O busto em homenagem a Zumbi dos Palmares foi inaugurado ontem, na Praça Onze, em festa animada pelos artistas negros Carmem Costa e Gilberto Gil, e também mães-de-santo que dançaram ao som de 100 atabaques tocados pelos ogãs da Casa de Santos. Também se apresentou o grupo de afoxé Filhos de Gandhi [...]. 45

Para dar um caráter festivo à solenidade da inauguração o Governo do Estado financia a organização de um show que reúne grandes nomes da Música Popular Brasileira em torno ao monumento. O compositor e empresário negro Haroldo Costa, liderança do movimento desde os anos 60, é o responsável pela direção do show. Chamado a dar depoimento à imprensa, esquece a opção pelo dia 20 de novembro, esquece o próprio homenageado e compara o evento com a abolição:

Esta é a coisa mais importante que aconteceu no Brasil para a raça negra nos últimos cem anos, depois da Abolição. 46

A declaração deixa em segundo plano a luta pelos direitos e associa a raça à festa. A "coisa" a que se refere Haroldo Costa são fundamentalmente 100 atabaques, mães-de-santo, música e uma multidão composta por 10.000 pessoas, supostamente 10.000 negros, orquestrados por ele, festejando. Ao contrário de outros momentos em que o discurso da raça aproxima-se da luta política, aguçando as diferenças sociais, aqui, a festa predomina sobre a política e o conflito dá lugar à confraternização. A fala de Haroldo Costa é significativa, na justa medida em que representa, no discurso da negritude, esta aproximação entre a vertente das origens (pela via da raça ou da religiosidade africana) e da festa.

O projeto monumental do Governo do Estado não visa reconstituir a Praça Onze através da reconstrução de sua antiga espacialidade. ⁴⁷ Seu objetivo é a alocação, nas imediações da antiga praça, de

um conjunto de prédios públicos que representam as várias vertentes do discurso da negritude (o samba, a raça, as origens africanas e os direitos civis e sociais). O Monumento a Zumbi representa a vertente dos direitos, das lutas sociais. A Passarela do Samba⁴⁸ representa a festa. Para compor o quadro, falta apenas a construção de um prédio que explicite a relação entre a nova e a antiga praça, representando com isso a vertente da volta às origens. Nesse sentido, é oportuna a criação, nas dependências da Passarela, de um projeto educacional voltado para os chamados "meninos de rua". Esta escola começa a funcionar ainda durante o governo de Leonel Brizola e recebe o nome de Tia Ciata,⁴⁹ a mais famosa baiana da Praça Onze, sambista e mãede-santo cuja vida confunde-se com a própria história do bairro que ajudou a imortalizar.⁵⁰ A Escola Tia Ciata monumentaliza a vertente das origens através de três de seus componentes: a origens raciais, musicais e religiosas do negro na cidade do Rio de Janeiro.

Com essas iniciativas, o Governo do Estado constitui nas imediações da antiga Praça Onze um complexo arquitetônico que, em seu conjunto, visa a comemoração da negritude. Seu símbolo maior é o Monumento a Zumbi que, pelo próprio nome, explicita as intenções de seu idealizador. Ao conceber um monumento a intenção de Darcy Ribeiro é materializar um símbolo para imortalizar, através dele, o próprio discurso da negritude.

Superando todas as divergências internas do movimento, a partir da inauguração do monumento as comemorações do dia 20 de novembro passam a realizar-se, regularmente, a seus pés. Pouco a pouco, o Monumento a Zumbi vem sendo apropriado pelo Movimento Negro como seu lugar de comemoração.

De homenagem a monumento?

Em 1986, o PDT e importantes segmentos do Movimento Negro saem juntos em busca de novas alianças políticas e novos votos. Embora agindo com objetivos políticos já bem analisados, a ação do PDT no Governo do Estado extrapola as estratégias e eleitorais e mesmo político-partidárias num sentido mais amplo. Se múltiplas são as condições que dão origem ao monumento, múltiplas também são as reações a ele. Um exemplo da multiplicidade de usos do Monumento a

Zumbi é o modo como, em 1987, lideranças da Pastoral do Negro da Igreja Católica desencadeiam uma campanha contra Duque de Caxias, responsável pela morte de milhares de negros na guerra do Paraguai. Oriundo do Movimento Negro da Baixada Fluminense, o grupo vê no Monumento a Zumbi um contraponto à estátua eqüestre de duque de Caxias disposta em frente ao prédio do antigo Ministério da Guerra, na mesma avenida Presidente Vargas. Segundo esses militantes, o monumento obriga Caxias a encarar, para sempre, o rosto de um negro!

Em 1993, por ocasião de um debate promovido pelo Museu de Imagem e do Som-MIS, lideranças do Movimento Negro discutem a transferência do Monumento a Zumbi para o bairro da Lapa. 52 Apesar de admitir que o Movimento não fora consultado, um dos debatedores considera que, uma vez consumada, a obra esta passa ser uma "conquista" do movimento, terminando sua fala com a afirmação de que o monumento "foi o errado que deu certo". Entre outros argumentos, é lembrada a antiga crítica quanto à escolha da cabeça africana para representar Zumbi: "a cabeça não tinha nada a ver com a gente". Esta frase tem sido repetida com frequência em situações de enfrentamento entre o Movimento e o Governo do Estado. O último debatedor a falar é Amauri Ferreira, então presidente do IPCN, que se posiciona contra a mudança: "não precisa mexer com o Zumbi que a duras penas está se tornando uma referência". Numa fala que está longe de representar um consenso dentro do movimento, o presidente do IPCN arrisca ainda afirmar: "a cabeça do príncipe virou Zumbi".

Em 1995, por ocasião das comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi, Darcy Ribeiro retoma sua fala numa revista publicada pelo seu gabinete no Senado Federal:

Um dos gostos maiores que eu me dei na vida foi erigir no Rio o Monumento a Zumbi. Belíssimo, porque reproduz, muito ampliada, uma cabeça de bronze de Benim. Não há quem olhe para ele e não se espante com a beleza negra que expressa.⁵³

A revista apresenta artigos e depoimentos de importantes lideranças do Movimento Negro e da chamada cultura afro-brasileira.

Abdias Nascimento, Joel Rufino, Haroldo Costa, Lélia Gonzáles, Martinho da Vila falam de temas como Zumbi, Treze de Maio, Manoel Congo, democracia racial, direito, mulher negra, e ainda prosa, verso e música. Todos os autores citados estiveram, de alguma forma, ligados ao projeto do governo pedetista de assumir o discurso da negritude como uma das falas do Governo do Estado. Por outro lado, todos os textos com variadas temáticas, apontam para a questão racial.

Ao tomar uma escultura africana para representar Zumbi, o herói decapitado, Darcy Ribeiro dá um rosto a uma imagem sem representação figurativa no imaginário do Movimento Negro. Nesse sentido, procura preencher com a imaginária (no sentido da *imagerie* francesa), uma ausência do imaginário. Ao substituir a face desconhecida de Zumbi pela face representada (e, portanto, não menos desconhecida) de um africano, Darcy Ribeiro substitui a individualidade do herói pela generalidade da raça. Através da cabeça de bronze, Darcy Ribeiro concebe Zumbi como representante da "beleza negra". Ao destacar a problemática da raça deixa em segundo plano o questionamento sobre da escravidão.

Ao trabalhar com acontecimentos tão recentes não tenho aqui o que Braudel qualifica como privilégio dos historiadores em distinguir o durável do efêmero. Fara falar da memória, 70 optei pelo tempo que a precede. Mas, mesmo passado um tempo tão curto, é possível perceber que já não importa tanto o calor das disputas político-partidárias. A tentativa por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro de constituir, nas proximidades da antiga Praça Onze, um monumento para comemoração da negritude continua permitindo novas combinações entre as representações e práticas sociais ligadas à política, à música, à religiosidade e às relações raciais. Vão-se os votos e os palanques, fica o monumento. Desde 1986, todos os anos, no dia 20 de novembro, vários segmentos do Movimento Negro reúnem-se em torno ao Monumento a Zumbi para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra.

Uma iniciativa do poder público pode viabilizar a construção de uma peça da imaginária urbana e, até mesmo, atribuir-lhe uma representatividade junto a determinados segmentos sociais; mesmo assim, não passará de uma homenagem. Como bem lembra Maurice Agulhon, a Restauração tirou Napoleão da Place Vendôme e recolocou Henrique IV sobre a Pont-Neuf.58 Também na cidade do Rio de Janeiro são frequentes essas realocações da imaginária e de equipamentos urbanos de um modo geral. Portais, chafarizes, estátuas perambulam pela cidade para gosto e desgosto de seus moradores.⁵⁹ Se hoje o Monumento a Zumbi está no canteiro central da avenida Presidente Vargas amanhã, quem sabe, poderá ser deslocado para outro lugar. Em 1993, Antônio Pitanga — ator e vereador negro eleito pelo PT-Partido dos Trabalhadores — faz uma proposta de transferência de Zumbi para o Largo da Carioca.⁶⁰ A simples existência de uma proposta do gênero mostra que o projeto de constituição de um complexo comemorativo da negritude pode ser alterado. Entretanto, no ano da comemoração do terceiro centenário de sua morte, num local ou no outro, sozinho ou formando um complexo arquitetônico, Zumbi é uma referência para o Movimento Negro. Embora sua imagem seja construída fora dos limites do Movimento e até em conflito com ele, Zumbi termina por tornar-se uma importante referência.61

A intenção inicial da Lei 698/83 era erguer um monumento em homenagem a Zumbi. A palavra monumento é aqui entendida como uma obra artística e/ou arquitetônica erigida em homenagem a uma pessoa, fato ou idéia a ser preservada pela e para a posteridade. Esta definição é útil para mostrar a grandiosidade das intenções daqueles que conceberam a idéia da construção de um monumento a Zumbi. Mas, para ser mais que uma simples homenagem que as atribulações da curta duração jogam de um lado para o outro, a imaginária precisa estar associada a um conjunto de significados que só pode ser a ela conferido pelo próprio tempo. Esta é a diferença entre um nome escrito numa placa comemorativa — Monumento a Zumbi — e a lenta apropriação que um grupo social faz, ao longo do tempo, de uma peça da imaginária urbana. É neste tempo longo que a homenagem se converte verdadeiramente em monumento.